

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
6800007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Legislativo discute participação do Estado no Orçamento Federal

A Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional iniciou por Santa Catarina o ciclo de cinco seminários regionais para discussão do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano.

Representantes de associações de classe, sindicais, governamentais, além dos deputados federais e estaduais catarinenses, discutiram as prioridades para a destinação dos recursos reservados para Santa Catarina na peça orçamentária da União. Os pleitos serão transformados em

emendas pela bancada federal. A garantia de recursos para a revitalização dos portos, ferrovias e rodovias do Estado encabeça a lista dos pedidos catarinenses. O projeto destina um total de R\$ 2,026 bilhões para Santa Catarina. O governo federal projetou uma receita total de R\$ 603,4 bilhões para 2007.

O relatório preliminar da proposta, a cargo do senador Valdir Raupp (PMDB), deverá ser votado pela Comissão do Congresso na segunda-feira, dia 13.

Páginas 6 e 7

Comissão de Finanças aprova relatório preliminar do Orçamento estadual

Página 8



Eduardo Guedes de Oliveira

Representantes de entidades sindicais, de classe e governamentais apresentaram suas reivindicações

Estudantes atuam como deputados

Solon Soares



A terceira edição do Programa Parlamento Jovem, realizada nos dias 8 e 9, resultou em cinco projetos de lei que serão encaminhados para análise da Comissão de Legislação Participativa.

Página 10

Sessão homenageia sistemas Sesc e Senac

O trabalho realizado pelos sistemas Sesc e Senac nos últimos 60 anos motivou a realização de sessão solene pela Assembleia Legislativa no dia 8.

Os cirurgiões-dentistas e os servidores públicos também foram homenageados pelos parlamentares.

Páginas 3, 4 e 5

Eduardo Guedes de Oliveira



Ações para o desenvolvimento social foram reconhecidas na sessão do dia 8

OPINIÃO

A vitória é do Brasil

Ainda permanece o ranço, em alguns setores minoritários, contra a legitimidade democrática da reeleição do presidente Lula. Insistem no tom raivoso que predominou na campanha, ignorando os mais de 58 milhões de votos. É inadmissível que ainda se questione a capacidade realizadora do governante com maior respaldo popular que o Brasil já teve.

Esse resultado, que teve diferença superior a 20 milhões de votos em relação ao oponente, dos quais 12 milhões de eleitores ganhos no segundo turno, é a consagração do projeto que Lula executa desde janeiro de 2003.

O operário-presidente tem o apoio dos brasileiros que sentiram na mesa, no prato e no

bolso a efetividade do Partido dos Trabalhadores. Os números da administração Lula são conhecidos, mas basta referenciar alguns para que se compreenda essa "revolta", pois contra resultados não há adversário possível. Apenas na geração de empregos, o Brasil registrou 7,5 milhões de novas vagas em 3 anos e 10 meses, equivalente a 13 vezes mais que na gestão anterior do PSDB.

OPT tirou da linha de pobreza mais de 8 milhões de pessoas. Criou programas ampliando o atendimento de saúde, como o SAMU que tem 979 ambulâncias beneficiando 44% da população, sem falar dos repasses ao SUS que cresceram 35%. Na habitação foram R\$ 50 bilhões em

moradias para famílias de baixa renda. Também zerou a dívida com o FMI, reduziu a dívida do país e o Risco Brasil. Já o salário mínimo cresceu 75% contra uma inflação acumulada no mesmo período de pouco mais de 28%.

Ora, então que tenham humildade aqueles que não querem enxergar. Que ao menos respeitem o voto dos brasileiros, porque até 2010, o presidente Lula e o PT vão priorizar ações para o maior crescimento econômico, distribuição de renda, aliada à expansão do acesso à educação de qualidade. Deixem o Lula trabalhar! Ele tem a força do povo e é para o povo que vai continuar governando.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Ética na política

As eleições deste ano foram marcadas pela discussão da ética na política. Fatos vergonhosos no âmbito nacional, envolvendo a compra de votos, provocaram o debate. Alimentado, ainda, por evidências de malversação do dinheiro público e pagamentos de propinas na compra de ambulâncias. Mensaleiros, sangessugas, dossiês, envolvendo partidos diversos, como PT, PL, PSDB, PMDB, PTB, foram tema de campanha eleitoral. Por meses, os discursos deram ênfase a problemas que não são práticas recentes e nem únicos.

Relembramos, como exemplo, a queda de um presidente da República por corrupção e, posteriormente, negociações escandalosas no Congresso Nacional para garantir a reeleição de outro mandatário da Nação. Santa Catarina não é exceção neste mar de lama, como revelou a Polícia Federal com a Operação Dilúvio, que levou às grades funcionário

de confiança do governo, agora integrante da chamada "Tríplice Aliança" (PMDB/PSDB/PFL).

Com ele foi apreendido cerca de R\$ 2 milhões, dinheiro que, de acordo com um dos presos, destinava-se "ao alto escalão do governo". Mas, os atentados à ética e à moral em nossa política envolvem também pequenos valores, como o pagamento de contas de água e luz e combustível para veículos.

O resultado das votações deixou evidente que os episódios denunciados, apesar da gravidade, não chegaram a sensibilizar o eleitorado, assim como aquelas ações de compra de votos, disfarçadas em favores, são assimiladas como "normais" pelo candidato e eleitor.

Qualquer uma destas situações, no entanto, deixa explícito uma mudança nos valores e costumes da sociedade. E, por extensão, na ética. Originária da Grécia, a expressão ética (de ethos), refere-se a costumes; o costume que se

assimila porque há valores implícitos naquele comportamento. Na formação desses valores pesa a consciência do justo e do injusto e uma conduta responsável das pessoas, em busca do bem-comum. No entanto, no ritmo em que se desenvolvem as atividades políticas, com a convivência de parcela expressiva da sociedade – de forma consciente ou não – veremos sobressair o interesse pessoal e carreirista do político que pede o voto do eleitor com um discurso do bem comum, de defensor dos anseios coletivos.

Vai se degenerando, desta forma, a intenção dos gregos da antiguidade ao inventar o espaço da política enquanto expressão da vontade coletiva. É uma crise profunda, mas temos a esperança de que a sociedade reaja e reencontre os padrões éticos e morais na política.

Deputado Afrânio Boppré (P-SOL)

Livro retrata período da ditadura militar em SC

O jornalista e escritor catarinense Celso Martins lançou na noite do dia 30, no hall da Assembleia Legislativa, a sua mais recente obra, "Os Quatro Cantos do Sol – Operação Barriga Verde". O livro, prefaciado pela professora Marlene de Fáveri, coordenadora do curso de História da Udesc, e editado pela Editora da UFSC (Edufsc), é uma ampla pesquisa que relata a prisão de 42 pessoas acusadas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Estado, no dia 5 de novembro de 1975.

Participaram da cerimônia o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), o líder do governo na Casa, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o presidente em exercício do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Josemar Sehnem, o diretor da Edufsc, Alcides Buss, personagens do livro, familiares e amigos.

Blasi, que falou em nome do Legislativo, enfatizou que o livro de Celso Martins "resgata a importância da democracia e lembra daquelas que não se renderam diante da arbitrariedade". Toda a obra foi escrita com base em documentos da época, incluindo panfletos, textos partidários, matérias de jornais e revistas, boletins, folhetos, cartazes, fotografias e imagens.

Para fazer o livro, Celso Martins começou a pesquisar em 2003, nos arquivos históricos e públicos de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo, entrevistou pessoas direta ou indiretamente ligadas ao episódio. Os relatos passam por Florianópolis, Joinville, Criciúma, Paraná e São Paulo. Foram selecionados nove personagens principais para relatar suas trajetórias e atuação no período que vai de 1964 a 1985, além do ingresso no MDB desde a sua criação, em 1966. O livro traz ainda 160 fotografias.

Celso Martins da Silveira Júnior nasceu em 23 de novembro de 1955, em Laguna (SC), e atua no jornalismo de Santa Catarina desde fevereiro de 1976. Sua biografia inclui as obras Vida Dura (poemas) – Joinville: Edição do autor, 1981; Anita Garibaldi – Heroína da Liberdade, parceria com Dagoberto Martins – Florianópolis: Editora Terceiro Milênio, 1994; Os Comunas – Álvaro Ventura e o PCB Catarinense – Florianópolis: Paralelo 27, 1995; Farol de Santa Marta – A Esquina do Atlântico – Florianópolis: Editora Garapuvu, 1997; Aninha virou Anita – Florianópolis: A Notícia, 1999, e Tabuleiro das Águas – Resgate histórico e cultural de Santo Amaro da Imperatriz – Florianópolis: Instituto Recriar/Unisul, 2001.

[AGENDA]

- **13 de novembro, 13 horas:** Ministério do Meio Ambiente - Feira Ambiental da Região Hidrográfica Atlântico Sul em Florianópolis
Local: Hall da AL
- **13 de novembro, 19 horas:** Sessão solene comemorativa ao bicentenário de nascimento de Jerônimo Coelho
Local: Plenário
- **14 de novembro, 19 horas:** Lançamento do livro "O inspetor Goly e o testemunho da Rosa Branca", de autoria de M. Barão
Local: Hall da AL

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do AL Notícias

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mayara F. de Freitas, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Ana Paula da Silva Lopes, Bruna Luzia Vieira, Fabiano Vanderlei Rosa, Gabriel Faraco, Luciana Bez Lopes, Robson Barbosa, Robson Ribas e Viviane Olga da Fonseca

INSTITUCIONAL

Profissionais de odontologia são homenageados pela Assembléia

A Casa prestou homenagem aos cirurgiões dentistas pela passagem do seu dia, em 25 de outubro, com a realização de uma sessão solene proposta pela Mesa. Entre os participantes da solenidade, estavam integrantes da Academia Catarinense de Odontologia (ACO), que comemoraram também os 40 anos de regulamentação da profissão. Em Santa Catarina, são 7.174 profissionais em atividade, sendo 2.109 com especializações diversas.

O presidente do Conselho Regional de Odontologia, Sidnei José Garcia, destacou a importância dos Poderes Legislativo e Executivo nas proposições e decisões que representem aporte de recursos para viabilizar o desenvolvimento da odontologia catarinense. Saulo Silva Jabor, presidente da ACO, parabenizou os profissionais da área e agradeceu aos parlamentares pela homenagem prestada.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que presidiu a sessão, entregou placa comemorativa em nome do Parlamento a Antônio Gonçalves Filho, representante da



Integrantes da Academia Odontologia fizeram referência especial aos 40 anos de regulamentação da profissão

Associação Brasileira de Odontologia (ABO/SC).

Durante a cerimônia, as instituições fizeram a entrega da Medalha Mérito Odontológico Catarinense, em três categorias, aos seguintes cirurgiões dentistas:

- Contribuição benemérita na

área de doação material e/ou obras odontológicas altamente significativas para a sociedade: Miguel Álvaro Santiago Nobre;

- Contribuição profissional nos campos da ciência, seja na pesquisa, no ensino ou nos serviços prestados: Luiz Narciso Baratieri;

- Contribuição honorífica no plano do desenvolvimento social e político: Nestor Antônio Schmidt de Carvalho.

Também foi entregue a placa de Honra ao Mérito Odontológico a Celso Alfredo Schramm, Alberto Artur Stolt, Ademar Américo Madei-

ra e Gerson André Catalan.

Em nome dos agraciados, Miguel Álvaro Santiago Nobre, presidente do Conselho Federal de Odontologia, falou da honra e satisfação da categoria em receber a homenagem do Parlamento. Lamentou porém, a burocracia federal que impede a utilização de verba destinada ao setor. "O tempo pode ser bom ou ruim, depende de quem faz. Apesar da realidade cruel deste país, onde milhões de pessoas com necessidades odontológicas não têm acesso aos serviços, não podemos nunca perder o brilho nos olhos em relação à saúde das pessoas", reiterou.

Dois profissionais da comunicação social catarinense receberam o Prêmio Conselho Regional de Odontologia de Jornalismo pela abordagem de temas sobre o exercício da odontologia e da saúde bucal. Michael Gonçalves, do Diário Catarinense, foi o primeiro colocado com a reportagem "Falso protético volta a trabalhar". Cintia Capri, da RBS TV, ficou em segundo lugar com a reportagem "Medo de dentista".

Encontro reúne representantes da América Latina e da Europa

Representantes do Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Portugal e Espanha estarão representados no I Encontro Internacional de Advocacia do Poder Legislativo, que será realizado no Legislativo catarinense entre os dias 22 e 24 de novembro. O evento é uma promoção da Associação Nacional dos Procuradores das Assembléias Legislativas (Anpal), com apoio da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) e da Aprolesc (Associação dos Procuradores da Assembléia Legislativa de Santa Catarina).

Uma das metas do encontro é proporcionar um intercâmbio para o aprimoramento dos organismos jurídicos do Poder Legislativo, principalmente neste período que antecede a implantação do Parlamento do Mercosul, que tem sua sessão inaugural marcada para o dia 14 de dezembro. "É essencial que se fortaleçam as relações institucionais de diversos países e diferentes setores do Poder Legislativo", salienta

o procurador-geral da Assembléia catarinense, Michel Cury, coordenador do evento. Para o ele, "o Parlamento do Mercosul já está em ação e a Argentina saiu na frente na escolha de seus representantes".

Já confirmaram presença no encontro representantes das províncias de Santa Fé, Formosa, Chaco, Corrientes e Misiones, que integram a Comissão Regional de Comércio Exterior do Noroeste Argentino (Crecenea Litoral), liderados por seu presidente, o governador da Província de Formosa, Gildo Insfrán.

Marco

Marcada para o dia 14 de dezembro, a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul será realizada em Brasília, um dia antes da reunião da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul. A decisão foi tomada na reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar do Mercosul (CPCM), realizada em Montevideu em

outubro. A proposta foi apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), presidente *pro tempore* da CPCM e aprovada por unanimidade.

Zambiasi, que também estará no evento, é um fomentador das atividades parlamentares e participou do seminário "El Parlamento del Mercosur como caja de resonancia de la integración". O senador gaúcho acredita que "a instalação do Parlamento do Mercosul significa a verdadeira e definitiva integração da América Latina".

Outros nomes que confirmaram presença no Encontro foram o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, e o deputado estadual do Mato Grosso do Sul, Maurício Picarelli (PTB), Presidente do Conselho Parlamentar do Sul.

A abertura será conduzida pelo presidente do Legislativo catarinense, deputado Julio Garcia (PFL), e terá a participação do presidente da Unale, deputado estadual do Amazonas, Liberman Moreno (PHS).

Confira a programação

Dia 22 de novembro

19h30min – solenidade de abertura
20h – palestra do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim: "O Brasil e as Relações Internacionais no Âmbito do Poder Legislativo"

Dia 23 de novembro

10h – palestra do presidente do Instituto Rui Barbosa, Salomão Ribas Júnior: "Os tribunais de contas e o Poder Legislativo"
11h – reunião da diretoria da Unale
15h – palestra do representante do Legislativo da Argentina
16h30min – palestra do representante do Legislativo do Chile
18h – palestra do representante do Legislativo do Uruguai

Dia 24 de novembro

10h – palestra do representante do Legislativo do Paraguai
10h30min – debates
14h – palestra de Osvaldo de Castro, presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembléia da República de Portugal
14h30min – debates
15h – painel "O intercâmbio para o aprimoramento dos organismos jurídicos do Poder Legislativo"
16h – debates
16h30min – reunião administrativa da Anpal
17h – palestra do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia, com o tema "O fortalecimento do Poder Legislativo e a consolidação da democracia"

INSTITUCIONAL

Legislativo promove Semana do Servidor

Diversas atividades foram promovidas para marcar a passagem do Dia do Servidor, comemorado em 28 de outubro

De 23 a 26 de outubro, várias atividades foram promovidas em parceria pela administração da Casa, o sindicato dos servidores e as associações dos funcionários ativos e inativos da Assembléia Legislativa. Os eventos marcaram a passagem do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro. Exposições e apresentações artísticas, atividades voltadas à saúde, palestras e uma sessão solene estiveram entre os eventos da Semana.

Uma sessão solene requerida pelos 40 deputados para homenagear os servidores lotou as dependências do Plenário na tarde do dia 24. Em nome dos parlamentares, o deputado Onofre Agostini (PFL) prestou homenagem aos funcionários. "Mais que um deputado, sou um servidor público, hoje inativo. Por isso, conheço e reafirmo a qualidade das pessoas que aqui trabalham. Posso dizer que são os melhores servidores do Brasil", afirmou.

Onofre comparou os servidores a vagalumes. "Ouvi, um dia desses, a Ana Maria Braga (apresentadora de programa televisivo) contar a história da serpente que queria devorar o vagalume. E sabe



Eduardo Guedes de Oliveira

Em sessão solene, deputados agradeceram aos servidores por darem sustentação ao trabalho do Parlamento

por quê? Porque o vagalume tinha brilho e luz próprias", citou. O deputado destacou a contribuição de cada servidor no trabalho do Parlamento. "Só conseguimos ser bons deputados quando bem assessorados", concluiu.

Ado Steiner, um dos mais

antigos funcionários da Casa em atividade, falou em nome dos servidores ativos. "É o nosso segundo lar, um espaço de amizade. Cada um tem suas características, sua ideologia, diferenças essenciais que são compartilhadas com tolerância", assinalou.

Em nome dos servidores aposentados, a presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo (Afipolesc), Lezir Maria Carpes, recomendou os que estão na ativa que se preparem para a aposentadoria, mantendo-se sempre

em atividade.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), deu ênfase à evolução que a democracia provocou na relação do Poder Legislativo com a sociedade. "Antes era um Poder fechado e agora é transparente, como os vidros que cercam este Plenário", comparou.

O deputado Onofre entregou, em seguida, placas a três servidores que se aposentaram recentemente: José Ribeiro Vieira, natural de São Joaquim, que deu início a sua vida profissional no Legislativo catarinense em 1982, no cargo de economista na Assessoria Cultural; Vili Valcanaia, lotado na Divisão de Serviços Gerais, com 20 anos de Casa, e a técnica legislativa Maria Helena dos Reis Ghizzo, natural de Porto Alegre, que ingressou como datilógrafa e trabalhou 30 anos para a Assembléia de Santa Catarina.

A sessão foi encerrada com a apresentação dos corais da Associação dos Magistrados Catarinenses e do Tribunal Regional do Trabalho, que brindaram os servidores com o Hino de Florianópolis, "Rancho de Amor à Ilha", de autoria do poeta Zininho.

Democracia e valorização de pessoal são temas de palestras

Duas palestras foram promovidas pela Escola do Legislativo durante a Semana do Servidor.

No dia 25, o professor Vitor Henrique Paro, titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), falou sobre "Gestão Democrática e Educação no Espaço Público".

Paro sintetizou o conceito de gestão como o uso racional dos recursos existentes para se chegar ao objetivo do bem comum. "Essa administração das coisas tem caráter mediador", completou. Já a democracia, para o professor, representa a convivência pacífica entre os homens. Quanto à educação, Paro a classificou como um processo de atualização histórico-cultural do homem. "O mais complexo é o conceito de público, que nada mais é do que uma contraposição ao privado", salientou, ensinando que é público tudo aquilo que é direito de todos: a educação, a alimentação, o uso do espaço comum, o transporte e muitos outros.

As relações entre esses conceitos e a sua aplicação significam a garantia, para o homem em geral, de sua autonomia e participação na sociedade. "No processo de construção da gestão escolar democrática devem

ser levados em conta, tanto as condutas e procedimentos do dia-a-dia, quanto as medidas institucionais de organização e funcionamento da instituição educativa", concluiu o professor.

Solon Soares



Professor da USP salientou a importância do processo educacional



Carlos Kilian

Clarisse: "Mundo precisa de interpretação mais cordial"

Cordialidade para viver bem

Na tarde do dia 26, a professora Clarisse Leal Freitas, pós-graduada em Recursos Humanos e Pedagogia Empresarial, proferiu palestra sobre o tema "Alegria de Ser e Pertencer". A palestrante enumerou as vantagens de se fazer pertencer, seja à família, à comunidade ou ao trabalho. Diante do contexto atual, em que as pressões diárias conduzem a uma auto-exclusão, Clarisse orientou os presentes a adotar a metodologia da 'interpretação cordial'. "Quando formos indagados com questões dúbias é certo fazer sempre a escolha mais leve,

a interpretação mais cordial e não se ater ao lado sombrio, à culpa. A vida é complexa, mas devemos dar um sentido mais suave a ela", recomendou.

Estavam presentes nos encontros a coordenadora da Escola do Legislativo de Santa Catarina, Carla Vieira Pedrozo, representando o presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP), o secretário municipal de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, e a diretora do Departamento de Educação Infantil da Secretaria, Vera Rizatki, além dos servidores da Assembléia.

INSTITUCIONAL

Sesc e Senac comemoram 60 anos

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Lício destacou o caráter humanitário das duas instituições

Os dois sistemas estão entre os maiores do mundo em projetos sociais

A expressividade dos sistemas Sesc e Senac, criados há 60 anos, motivou a sessão solene realizada na noite do dia 8, por solicitação do deputado Lício Mauro da Silveira (PP). "Chame-me atenção ver implantada e incrementada as políticas públicas de educação e inserção social para os associados. E para as empresas e comunidades, a qualificação de mão-de-obra imprescindível ao emprego, ao sucesso empresarial e ao desenvolvimento regional, estadual e nacional", destacou Lício na solenidade comandada pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL).

Dedicados à promoção do desenvolvimento social, atendem à estrutura do comércio com educação profissional, cultural, saúde, alimentação, esporte e lazer. Juntamente com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), Sesc e Senac representam mais de 4,5 milhões de empresas e 20 milhões de em-

pregos diretos, que movimentam no Brasil, por ano, R\$ 800 bilhões. Em Santa Catarina, são 111 mil estabelecimentos que representam a força do trabalho no comércio.

Para o presidente do sistema Fecomércio e dos Conselhos Regionais Sesc/Senac, Antônio Edmundo Pacheco, a solenidade representou o reconhecimento de um importante trabalho voltado à classe comerciária. Pacheco assinalou que, a cada ano, o Senac se consolida como referência em educação profissional no setor de comércio de bens, serviço e turismo. As ações desenvolvidas pelos 22 Centros de Formação Profissional existentes no Estado têm como premissa a preparação do trabalhador e o fortalecimento do espírito empreendedor e solidário que contribui para o desenvolvimento catarinense. "Em 2006, o Senac capacitou 50 mil alunos, envolvendo 1.200 colaboradores", informou Pacheco.

O Sesc atua em diversas áreas relacionadas à cidadania e à responsabilidade social, com a missão de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e proporcionar melhor qualidade de vida para os trabalhadores servidos pelo setor, principalmente os de menor renda. "Hoje são executadas ações em 23 cidades de Santa Catarina, envolvendo mais de mil colaboradores. Porém, este público é potencializado abrangendo a população da periferia de cidades de pequeno, médio e grande porte, que são assistidas pela entidade através de parcerias com empresas privadas, sindicatos e associações de moradores", finalizou Pacheco.

Como forma de registrar o reconhecimento do Legislativo aos trabalhos desenvolvidos pelas entidades, Lício Mauro entregou uma placa para o diretor regional do Senac, Rudney Raulino, e outra ao diretor regional do Sesc, Robison da Costa Rosa.

Suplente do PSDB assume vaga na Casa

O suplente da bancada tucana na Assembléia Legislativa, Antonio Luz Neto, assumiu a cadeira deixada pelo deputado Dado Cherem no último dia 31.

Dado Cherem pediu licença por 60 dias (de 31 de outubro a 31 de dezembro), para resolver assuntos particulares. Os primeiros cinco suplentes do partido - Francisco Küster, Maurício Eskudlark, Marcos Antônio Wanrowsky e João Itamar da Silveira (João da Bega) - preferiram não assumir a vaga.

Apesar do breve período em que vai atuar no Parlamento, avaliou Antonio Luz, a função exige "enorme responsabilidade", por representar o PSDB. O novo parlamentar destacou que o fato está carregado de simbolismos, em termos pessoais. O deputado é bisneto do ex-governador Hercílio Luz, que exerceu o mandato por três vezes, e o atual secretário de Estado da Fazenda, Felipe Luz, é seu pai.



Antonio ficou no lugar de Dado

"Pretendo que este período seja intenso para honrar os votos que recebi e a deferência do meu partido", disse em seu primeiro discurso da tribuna. Antonio Luz já exerceu os cargos de secretário da Indústria e Comércio de Joinville, cidade onde reside há dez anos, durante o segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira como prefeito e superintendente da região metropolitana do Norte/Nordeste de Santa Catarina. "Pretendo colaborar, junto com meu partido, para que Santa Catarina volte a crescer, que volte a ser o

Estado que mais cresce e que seja um estado ético, exemplo para o país".

Ao se despedir, Dado cumprimentou o seu substituto em nome do presidente do PSDB, Dalírio Beber. "Faço isso em nome do PSDB, de sua família e em especial a você, que é um grande companheiro. Boa sorte".

Livro resgata história do ensino público

A secretária estadual de Educação, Ciência e Tecnologia, Elisabete Nunes Anderle, recebeu no dia 9, no Centro de Memória da Assembléia Legislativa, o livro Legislação de Ensino, restaurado com o trabalho dos oito funcionários do Centro e da gerente, Tessália May Rodrigues. A entrega foi feita pelo deputado Afrânio Boppré (PSOL), representando o presidente da Casa, Julio Garcia (PFL). O livro pertence à socióloga Neide Fiori e reúne documentos relativos ao ensino público

estadual no período de 1892 a 1916. Na obra são encontradas reproduções de leis, decretos e resoluções, fotografias, recortes de jornais, clips e anotações manuscritas a caneta.

A obra restaurada retornou às mãos de Neide Fiori, responsável pela reunião de grande parte dos documentos. Neide esclareceu que os documentos começaram a ser reunidos pelos professores Elpidio Barbosa, primeiro presidente do Conselho Estadual de Cultura, e Abelardo Souza.

"Na época, eu trabalhava com ele na Secretaria da Educação. Quando ele se aposentou entregou-me o livro para guardar. Isso foi na década de 80. Agora, com ele restaurado, penso que deva ser encaminhado para uma utilização social. Mas primeiro vou curtir o livro um pouquinho", disse.

O Centro de Memória inicia agora a elaboração do quarto livro dos municípios. A série, editada pelo Legislativo Estadual, terá como próximo título De Cruzeiro a Joaçaba.

Solon Soares



A equipe do Centro de Memória recuperou a obra que deverá, posteriormente, integrar seu acervo

ORÇAMENTO

Eduardo Guedes de Oliveira



Comissão do Congresso debate Orçamento da União para 2007

O projeto destina R\$ 2,026 bilhões para Santa Catarina. As receitas e despesas da União foram fixadas em R\$ 603,4 bi

A Assembléia Legislativa foi palco, no dia 6, da abertura do ciclo de cinco seminários regionais que a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional realizou durante toda semana, nas diversas regiões do país, para discutir a proposta da Lei Orçamentária Anual da União para o próximo ano (LOA).

Aberta pelo vice-presidente da Assembléia, deputado Herneus de Nadal (PMDB), a reunião comandada pelo presidente da Comissão, deputado federal Gilmar Machado (PT/MG), foi uma oportunidade para conhecer de perto as principais emendas à proposta que define o volume de recursos federais a ser investido em obras e programas em cada Estado. Pelo projeto de lei do Orçamento de 2007, Santa Catarina tem a previsão de receber R\$ 2.026.213.027,00.

“A impressão que se tinha do orçamento era de algo fechado, com pouca participação popular e pressão de lobistas. Com os seminários regionais estamos dando a oportunidade para que o conjunto da população brasileira possa participar desde a elaboração até a execução”, afirmou o presidente da Comissão.

O senador Valdir Raupp (PMDB/RO), relator do projeto, falou sobre o processo de apreciação do planejamento orça-

mentário. “O orçamento inclui escolhas políticas que afetam a vida do cidadão. Há a tradição do acolhimento das emendas individuais, mas o mesmo não acontece em relação às coletivas, já que superam os recursos disponíveis”, lamentou Raupp, referindo-se a tarefa de dizer “não” a alguns pleitos. “Nossa missão é acomodar as expectativas dentro dos recursos disponíveis”, emendou.

O consultor de orçamento do Senado, Orlando Cavalcanti, fez uma explanação sobre os objetivos dos seminários regionais do Orçamento da União para 2007. Segundo Cavalcanti, um deles é aproximar o orçamento público do cidadão, além de estimular a participação da sociedade, ouvindo autoridades políticas e entidades civis acerca dos problemas e das reivindicações de cada estado e região. Ele forneceu uma visão geral das etapas básicas do processo de apreciação no Congresso Nacional, assim como um detalhamento dos investimentos previstos para cada região/estado.

Duplicação

O deputado federal Cláudio Vignatti (PT), presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pediu prioridade para projetos de interiorização das universidades federais e aos referentes ao Mercosul. O deputado Leodegar

Tiscoski (PP) pediu que se garanta o aporte de recursos para as obras da duplicação do trecho sul da BR-101 Sul, cuja conclusão está prevista para 2008. “São necessários R\$ 300 milhões para Santa Catarina e R\$ 220 milhões para o Rio Grande do Sul para que seja cumprido o cronograma da obra”, observou. O pepebista também reivindicou R\$ 50 milhões para garantir a conclusão do trecho Indaial-Gaspar da BR-470. “Este trecho de 26 quilômetros é o último gargalo da rodovia em nosso Estado”, salientou.

Tiscoski solicitou ainda recursos para a elaboração do projeto de engenharia para a Ferrovia Litorânea, integrando os portos à malha ferroviária de Santa Catarina. Com relação a investimentos em aeroportos, o deputado destacou o acesso asfáltico para o Aeroporto Hercílio Luz, que tem recursos no Orçamento deste ano para sua ampliação.

Mais especificamente em relação à região Sul de Santa Catarina, o parlamentar destacou a necessidade da União zerar o passivo que contraiu com o meio ambiente devido à extração do carvão mineral. Ele ainda defendeu que seja dado seguimento à interiorização do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), que hoje está presente em municípios como Joinville, Chapecó, entre outros.

Bancadas vão sistematizar propostas

De acordo com o senador Valdir Raupp (PMDB/RO), relator do Orçamento, as propostas recebidas nos seminários serão encaminhadas às bancadas estaduais. Elas terão 15 dias para transformá-las em emendas individuais ou coletivas. O prazo começa a ser contado a partir da votação do relatório preliminar.

Em seu relatório, Raupp aprovou 19 das 82 emendas recebidas, acolheu parcialmente 17, considerou prejudicadas 6 e rejeitou 40. Também decidiu diminuir o valor mínimo para as emendas

parlamentares individuais, de R\$ 200 mil para R\$ 150 mil. O piso foi criado para restringir as possibilidades de fraude, como as relacionadas à compra superfaturada de ambulâncias.

O senador também ampliou as restrições para a transferência de recursos às entidades privadas, além de proibir transferências às controladas por integrantes dos Poderes da União (parlamentares, juízes, ministros e presidente da República) ou seus cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau.

Informações estão na Internet

O técnico do Congresso Nacional, Eugênio Greggiani, informou que todo o detalhamento dos orçamentos anuais podem ser consultados via Internet, através do site Siga Brasil (www.sigabrasil.gov.br), do Senado.

Através do endereço eletrô-

nico, é possível, por exemplo, fazer consultas específicas sobre as verbas destinadas aos municípios, para cada setor (como merenda escolar, sistema público de saúde, previdência), além das informações sobre investimentos, despesas e as dívidas da União.

ORÇAMENTO

Obras de infra-estrutura têm R\$ 426 milhões

Revitalização de portos e ferrovias são prioridade nacional

A senadora Ideli Salvatti (PT) disse que estão reservados R\$ 426 milhões no Orçamento da União de 2007 para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) aplique este ano nas rodovias federais, nos portos e em contornos ferroviários.

Ideli salientou que vão ser destinados R\$ 300 milhões para a conclusão da duplicação da BR-101, trecho sul. "Nunca, em Santa Catarina, tivemos obras simultâneas nos quatro portos: Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Laguna", afirmou. Segundo ela, a interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina será contemplada.

O deputado Paulo Afonso Vieira (PMDB) destacou a importância do ciclo de seminários para discutir a peça orçamentária da União, que antes era uma proposta "misteriosa". Salientou ainda o fato do projeto deixar de fora diversas obras e programas considerados importantes pelos Estados. "Lapidações são feitas pela bancada estadual para que o máximo das necessidades seja suprido", justificou.

Unificar reivindicações co-

muns aos três estados do Sul, lembrou o deputado federal Edinho Bez (PMDB), é uma forma de atender às principais necessidades, principalmente no que se refere à obras infra-estruturais. Entre as principais obras, citou a duplicação da BR-101, com urgência no trecho que liga Palhoça ao Rio Grande do Sul, além de investimentos nos aeroportos e portos. "Cada obra que sofre uma paralisação sai mais cara para se reiniciar e ser concluída", enfatizou.

Garantidas

De acordo com o consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Ricardo Volpe, as obras dos contornos ferroviários de Joinville e São Francisco do Sul estão incluídas no Programa Piloto de Investimento (PPI), com recursos de R\$ 24,76 milhões e R\$ 16,81 milhões, respectivamente.

Na avaliação do deputado petista Mauro Passos, há muito tempo o Estado não tinha a atenção como a que vem tendo nos dois últimos anos. "O Estado teve uma condição orçamentária

favorável", resumiu.

Total

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007 destina um total de R\$ 12,7 bilhões para a região Sul. O Paraná deverá receber R\$ 3,295 bilhões; Santa Catarina R\$ 2,026 bilhões e o Rio Grande do Sul ficará com R\$ 5,927 bilhões.

Para projetos que não são específicos de cada Estado, mas beneficiam toda a região, como os investimentos na malha elétrica, está prevista a quantia de R\$ 1,51 bilhão.

Além da área de infra-estrutura, o governo federal priorizou, na relação de investimentos do planejamento orçamentário de 2007, o setor de atenção à saúde, relacionado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa área, Santa Catarina está contemplada com um total de R\$ 500 milhões.

Para o programa Bolsa-Família, conforme o consultor Ricardo Volpe, a peça orçamentária destinará à Região Sul no próximo ano, um total de R\$ 737,05 milhões.

Eduardo Guedes de Oliveira



Reabilitação da malha ferroviária é essencial para estimular o desenvolvimento econômico catarinense

Carlos Kilian



Ns últimos dois anos, os portos catarinenses receberam verbas da União

160 entidades encaminham sugestões

No total, representantes de 160 entidades sindicais, de classe e governamentais presentes ao encontro apresentaram seus pedidos e sugestões.

O auditor fiscal Marcos Galdenzi, falando em nome da Associação Catarinense dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Acafip) e do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Santa Catarina (Sindifisp), cobrou a instalação de uma Delegacia da Receita Previdenciária no Estado e recursos para o bom funcionamento do serviço dos auditores. "Precisamos prestar serviços de qualidade", argumentou o auditor.

Ele afirmou que entre as emendas já apresentadas à peça, uma prevê a estruturação das unidades regionais (oito delegacias regionais na Região Sul), as quais, segundo ele, estão funcionando "graças à boa vontade do INSS". Outra emenda é destinada à estru-

turação do Fundo Previdenciário.

O presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do INSS de Santa Catarina, Luiz Carlos de Freitas, reivindicou reajustes nas aposentadorias e pensões. "Em 10 anos, os 850 mil aposentados e pensionistas de Santa Catarina e os 24 milhões em todo o país perderam 60% de seu poder aquisitivo, apesar de terem contribuído para receber o teto máximo de proventos", sintetizou.

A formação de uma equipe de saúde familiar para a população quilombola do município de Campos Novos, foi sugerida pelo representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Marco Antônio de Pádua Borges.

(Textos: Sandra Annuseck, Susana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira)

Finanças aprova parecer preliminar do Orçamento estadual

Prazo para apresentação de emendas parlamentares abriu no dia 8 e se estende até o próximo dia 27. No dia 6 de dezembro, o relator, deputado Dionei Walter da Silva (PT), deve apresentar o parecer definitivo

O relatório preliminar à proposta da Lei Orçamentária Estadual (LOA) para 2007 foi aprovada durante reunião da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na manhã do dia 8. O Executivo projeta um total de R\$ 9,5 bilhões, em receitas e despesas, destinando cerca de R\$ 1,210 bilhão para investimentos em obras e programas. A proposta foi elaborada com base na execução orçamentária realizada até julho deste ano.

De acordo com o parecer do deputado Dionei Walter da Silva (PT), os parlamentares têm do dia 8 a 27 de novembro para encaminhar suas emendas. No dia 6 de dezembro o relator deverá apresentar o parecer definitivo, que irá à publicação, e no dia 12 de dezembro o projeto vai para discussão e votação em turno único em Plenário, num prazo máximo de seis sessões. Em seguida, a proposta retorna à Comissão de Finanças para elaboração da redação final. Pela programação de Dionei, a peça deve ser votada no dia 20 de dezembro.

Conforme o relator, as 39 prioridades tiradas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado,

foram incluídas por acordo entre os parlamentares na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em setembro, e que deverão estar contempladas no planejamento orçamentário do próximo ano. "Pretendemos obrigar o governo a destinar 2% dos recursos disponíveis para as prioridades do Orçamento Regionalizado", assinalou o petista, referindo-se à emenda que irá apresentar ao projeto da LOA. Outra emenda anunciada por Dionei é a que prevê a destinação de 1% dos recursos para a habitação popular, como já ocorre em outros estados. "Atualmente, a Cohab é uma mera repassadora de recursos. Isto vai movimentar a construção civil, gerando emprego e renda", afirmou Dionei.

Durante a reunião, o parlamentar enfatizou a necessidade de coordenar de forma simultânea a tramitação do projeto da LOA com o que revisa o Plano Plurianual de Ações (PPA).

Imóveis

Os integrantes da Comissão presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) aprovaram



Relatório preliminar de Dionei (no detalhe) foi aprovado por unanimidade pelos integrantes da Comissão

ainda o Projeto de Lei nº 236/06, que autoriza a transferência de 29 imóveis do Deinfra (Departamento Estadual de Infra-Estrutura), localizados em diversos municípios catarinenses, ao governo do Estado. A proposta passou em Plenário no mesmo dia e aguarda votação da redação final. O mesmo aconteceu com o Projeto de Lei nº 88/06, que institui o Programa Empresa Amiga da Escola em Santa Catarina.

Outro destaque na Comissão foi a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50/06, que inclui funções gratificadas dos profissionais da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, bem como na Fundação Catarinense de Educação Especial. A proposição foi encaminhada para análise da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e avocada para relatoria pelo seu presidente, deputado Romildo Titon (PMDB).

Trabalho avalia programa de preservação de patrimônio

O presidente da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, deputado Vanio dos Santos (PT), anunciou a apresentação de emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 524/05, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que cria o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular. A matéria, de acordo com o seu autor, tem com o objetivo a preservação desses imóveis.

Segundo Vanio, sua emenda evitará o arquivamento do projeto por inconstitucionalidade. Isto porque um dos dispositivos da proposta proíbe a participação em concursos públicos do Estado, por dois anos, de pessoas que depredarem ou picharem imóveis do patrimônio histórico, monumentos, bancos de praça, viadutos, casas, prédios, muros e outros bens públicos e particulares.

Governo libera recursos para a BR-282

O governo federal liberou nessa semana, R\$ 15 milhões para obras na BR-282. O anúncio foi feito pelo presidente do Fórum Parlamentar da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB). "Graças a essa verba as obras vão reiniciar e garantir segurança aos que trafegam ao longo da BR-282", comentou o parlamentar durante pronunciamento.

O parlamentar fez questão de ressaltar que vários trechos da estrada estão intrafegáveis e que o apoio do governo federal vai ser dividido em duas etapas. Titon atribui a conquista aos trabalhos realizados pelo Fórum, que há muito tempo vem reivindicando a obra. "Primeiro vamos fazer os reparos e depois concluir



Orçamento federal deste ano reservou R\$ 48 milhões para a rodovia

a BR-282", afirmou. O Fórum foi constituído há quase dois anos.

Integrante do Fórum, o deputado Sérgio Godinho (PSB), que esteve em Brasília no dia 8 para tratar de reivindicações do Estado, alertou para o fato do Orçamento federal deste ano ter destinado R\$ 48 milhões às obras na 282. "Foram liberados apenas estes R\$ 15 milhões. Precisamos assegurar a liberação do restante dos recursos", assinalou.

Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou que muitas vezes o Fórum foi a Brasília em busca de apoio para finalizar a rodovia. "Por isso é importante salientar a ajuda do governo federal nessa etapa", concluiu.

PLENÁRIO

PLC corrige distorções em proventos de militares reformados

O Plenário aprovou no dia 8, o Projeto de Lei Complementar nº 56/06, de autoria do Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais.

Com estas alterações, a partir do dia 1º de janeiro de 2007, o militar da ativa julgado incapaz definitivamente, conforme a Lei nº 6.218, será reformado com proventos equivalentes ao grau hierárquico que possuía na ativa. Além disso, o militar já reformado, em virtude de ter sido julgado incapaz, terá os proventos re-



Onofre relatou a matéria

calculados para adequação às disposições da nova norma.

Relator da matéria, o deputado Onofre Agostini (PFL), disse que a nova lei complementar vai corrigir um equívoco, já que a Lei nº 6.218 exigiu um período mínimo para que os militares julgados incapazes fossem reformados com os vencimentos correspondentes ao seu grau hierárquico.

Para o deputado progressista, Antônio Carlos Vieira- Vieirão (PP), a correção não foi completa. "Quando se constata um erro na lei, a correção deve retroagir à data do erro", disse.

Iomerê será Capital da Suinocultura

O município de Iomerê, localizado no Meio-Oeste catarinense, receberá o título de Capital Catarinense da Suinocultura assim que o Executivo sancionar o Projeto de Lei nº 320/05, aprovado em Plenário. O autor da proposta, deputado Romildo Titon (PMDB), informa que a cidade tem 115 estabelecimentos que produzem, anualmente, 28.300 toneladas de carne e derivados.

Além da suinocultura, conforme o peemedebista, Iomerê

vem registrando um significativo crescimento do setor terciário, com a ampliação das atividades comerciais e de prestação de serviços, apresentando como exemplo mercados, agropecuárias, lojas de confecção em geral e de materiais de construção, farmácias, despachantes, alfaiataria e congêneres, assessoria e consultoria, transporte de carga e de passageiros. Na agricultura, o destaque, de acordo com Titon, é para a produção de milho e de uva.



Titon: "Título merecido"

Proposta autoriza corte de planta venenosa

Depende apenas de sanção governamental a lei que vai permitir aos criadores de gado o corte da árvore conhecida popularmente como timbó, cinamomo bravo, maria-preta ou amargo, responsável por provocar altos níveis de intoxicação em animais, principalmente nos bovinos. Ao ser ingerida, planta ataca o sistema nervoso do animal, causa problemas cardiovasculares e até a morte súbita. A autorização do corte da ateléia glaziovana está prevista no Projeto de Lei nº 75/06, de autoria do deputado Gelson Merísio (PFL), aprovado na sessão



Merísio: "Lei vai reduzir prejuízos"

plenária do dia 8.

Ainda na mesma sessão, os parlamentares aprovaram os projetos

de lei de números 239/06 e 274/06, ambos de autoria do Executivo. O primeiro concede à Federação Catarinense de Municípios (Fecam) o uso gratuito, por 10 anos, de uma área de 3 mil metros quadrados no município de Florianópolis, para a construção da sua sede. O segundo abre crédito especial para o Tribunal de Justiça e Departamento Estadual de Infra-Estrutura (Deinfra), no valor de R\$ 164 mil. Esse valor é para atender despesas com o cabeamento estruturado do Fórum de Chapecó e execução de obras na SC-439 no trecho Urupe-ma/Rio Rufino/Urubici.

Projeto isenta motocicletas de IPVA

Começou a tramitar no dia 24, o projeto de lei, de autoria do Executivo, que isenta as motocicletas com cilindradas de até 200 cm³, do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A

materia dá nova redação à alínea "h" do inciso V do artigo 8º da Lei nº 7.543, de 1988, que instituiu o imposto.

O artigo 8º relaciona os casos em que o IPVA não é exigido. Com o projeto, catarinenses de menor

poder aquisitivo, que utilizam a moto como meio de trabalho, serão os grandes beneficiados. O Executivo entende que a medida representa um incentivo para o meio de transporte que pouco deteriora o sistema viário.

Projeto institui Dia Solidariedade ao Povo Palestino

Os parlamentares aprovaram na sessão do dia 7, o Projeto de Lei nº 312/06, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PSOL), que institui o dia 29 de novembro como Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino. A proposição determina ainda que o governo estadual e a Assembléia Legislativa promoverão atividades alusivas à data, desenvolvidas em conjunto com entidades árabe-brasileiras sediadas em Santa Catarina.

Em sua justificativa, Afrânio informa que a escolha relembra o dia em 1947 quando a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a divisão da Palestina em dois estados: Israel (judeu) e Palestina (árabe). O estado palestino jamais se concretizou e, desde a proclamação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, segui-

ram-se seis guerras. "Aldeias inteiras foram massacradas pelos israelenses, que foram ocupando gradativamente o eventual território palestino, até a totalidade. A maior parte da população foi expulsa. Nem sempre bem recebidos nos países vizinhos, os exilados, desesperados, criaram grupos para, com seus atentados muitas vezes suicidas, atacar Israel e chamar a atenção do mundo ao seu problema", afirmou Boppré.

O parlamentar enfatizou que os noticiários têm mostrado imagens chocantes de palestinos, em sua maioria crianças e adolescentes, atacando com pedras um exército israelense armado com tanques e mísseis, contrariando a maioria dos israelenses que, de acordo com as pesquisas, é favorável à criação do Estado Palestino.

Dalpiaz reivindica recursos para Timbó

A construção de uma ponte entre os bairros Dona Clara e Padre Martins Steins, em Timbó, Médio Vale do Itajaí, foi a principal reivindicação feita pelo deputado Unírio Dalpiaz (PSDB), na sessão plenária do dia 8. O parlamentar pretende incluir a obra no Orçamento de 2007, cujo relatório preliminar foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação na manhã do mesmo dia.

O parlamentar mencionou ainda o acesso do setor industrial de Timbó à BR-470, denominada via Lorenz, uma obra federal já iniciada. "Peço a deputada Ana Paula Lima (PT), que também representa nossa região, que interceda junto ao governo federal para que esta obra finalmente seja concluída, pois já está paralisada há um bom tempo". Segundo Dalpiaz, a finalização deste trecho servirá para a melhoria do escoamento da produção do município.

Ele lembrou que há mais de 30 anos as comarcas de Indaial e de Timbó não tinham um representante no Legislativo.



Dalpiaz: "Mais investimentos"

Com aproximadamente 33 mil habitantes, Timbó foi colonizada por alemães e italianos. Cerca de 500 indústrias estão instaladas no município, produzindo fogões, máquinas de lavar, roupas, relógios, artigos têxteis, além de abrigar a maior fábrica de pá, ferramenta utilizada em construções.

Dalpiaz aproveitou para convidar a todos para participar da Feira Nacional de Transportes, Logística, Combustíveis e Derivados (EXPO-TRANSCOM), feira organizada pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado de Santa Catarina (Setcesc), que acontece na Vila Germânica, em Blumenau, de 7 a 10 de novembro.

PLENÁRIO

Fotos: Solon Soares



Deputados por dois dias, os estudantes elaboraram e apreciaram cinco proposições que serão encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa

Escola do Legislativo realizou nos dias 8 e 9 a terceira edição do Programa Parlamento Jovem, dirigido a estudantes da rede estadual de ensino

Parlamento Jovem aprova cinco projetos

Os 40 estudantes de escolas públicas e privadas do Estado, sorteados no ano passado para participar da terceira edição do Programa Parlamento Jovem, realizado na Assembléia Legislativa sob a coordenação da Escola do Legislativo, atuaram durante os dias 8 e 9 como deputados, o que resultou na elaboração e aprovação de cinco projetos de lei. As proposições serão apreciadas pela Comissão de Legislação Participativa, que poderá dar o aval para a tramitação normal. O Programa foi instituído através de lei proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT).

Os deputados estudantes foram recepcionados pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadau (PMDB). Na ocasião estavam presentes, a vereadora Marlene de Fátima Kayser da Rosa (PP) da cidade de São Joaquim, o diretor de Universidades Públicas da União Catarinense dos Estudantes (UCE),

João Braga, e a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Pedroso. "Façam dessa experiência uma oportunidade para exercer a cidadania", incentivou o deputado Herneus. Ele salientou que a participação no Programa Parlamento Jovem oferece uma chance única para os jovens conhecerem o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, opinião compartilhada pela coordenadora da Escola do Legislativo.

O diretor da UCE classificou o Programa como fundamental para estimular a participação do jovem na política, enquanto a vereadora Marlene avaliou que os "deputados estudantes" voltam aos municípios com mais responsabilidade. "Vamos aprender como fiscalizar o Poder Legislativo e teremos que passar esse conhecimento para as outras pessoas que não tiveram a mesma oportunidade que nós", disse a vereadora.



Durante a sessão, os alunos discutiram e aprimoraram as matérias

Conheça as propostas

Os cinco projetos de lei apresentados pelos estudantes foram aprovados em sessão plenária realizada na tarde do dia 9. Confira abaixo:

- A Escola de Educação Básica (E.E.B) Ana Machado Dal Toe, do município de Morro Grande, apresentou proposta que inclui na grade curricular do Ensino Médio das escolas públicas do Estado, a disciplina de Empreendedorismo. Os autores consideram a disciplina muito importante para o desenvolvimento dos jovens que poderão adquirir noções básicas para enfrentar o mundo globalizado.

- O Colégio Paradigma, de São Joaquim, propôs a criação de dois tipos de tarifas para cobrança de consumo de água. Uma seria destinada aos que consomem em excesso e outra

para o consumo consciente. A diferenciação das tarifas pelo consumo, justificaram os proponentes, seria uma forma de conscientizar a população para o uso racional da água.

- Os alunos da E.E.B. José Clemente Pereira, do município de José Boitex, apresentaram projeto que dispõe sobre a implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio, em escolas da rede pública e privada.

O programa é coordenado e efetivado pela Polícia Militar e atualmente atende apenas alunos do ensino fundamental, com o objetivo de afastá-los das drogas.

- O projeto dos alunos da E.E.B. Santa Cruz, de Ca-

noinhas, obriga os jornais editados no Estado e os de circulação no território catarinense a publicar anexos em braille, encartados nos jornais. A matéria visa possibilitar aos deficientes visuais o acesso às informações, como meio de aprimoramento de conhecimento e capacitação pessoal.

- A E.E.B. Prof. Irene Stonga, de Chapecó, apresentou matéria que obriga as emissoras de televisão que atuam no Estado a inserirem a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) em sua programação. A obrigatoriedade abrangeria filmes, noticiários, propagandas e programações especiais. O objetivo é sanar a discriminação e a desigualdade que as pessoas portadoras de deficiência auditiva enfrentam, incluindo-as no âmbito social.

Ana Paula sorteia escolas para a edição 2007

Enquanto os deputados estudantes conheciam o Legislativo, a deputada Ana Paula Lima (PT) conduzia o sorteio das escolas que vão participar da 4ª edição do Programa Parlamento Jovem durante a sessão plenária do dia 8. A próxima edição será efetivada no primeiro semestre de 2007.

Foram sorteadas os seguintes estabelecimentos de ensino:

- Grande Florianópolis e região Sul: Escola de Educação Básica Antônio Milanez Netto, Criciúma;
- Região Norte: Escola de Educação Básica Julius Karsten, Jaraguá do Sul;
- Região do Vale do Itajaí:

Escola de Educação Básica Tiradentes, Porto Belo;

- Região Oeste: Escola de Educação Básica Professora Lourdes Tonin, no município de Planalto Alegre;
- Região Serrana: Escola de Educação Básica Major Cipriano Rodrigues de Almeida, no município de Zortéa.

Luiz Henrique quer manter harmonia com Legislativo

Governador reeleito reafirma necessidade de entendimento entre os Poderes

Paulo de Tarso

“Jamais poderemos dar um passo sem contar com o apoio da Assembléia Legislativa. Será assim que caminharemos”, garantiu Luiz Henrique da Silveira (PMDB), primeiro governador reeleito da história de Santa Catarina, durante evento realizado dia 7 para anunciar a instalação do gabinete de transição do governo. Luiz Henrique aproveitou a ocasião para confirmar três nomes que vão compor o primeiro escalão do seu novo governo. O atual deputado estadual Mauro Mariani (PMDB), que conquistou um cargo na Câmara Federal nessa eleição, irá ocupar a Secretaria de Estado de Infra-estrutura, pasta que já comandou no atual governo. “De acordo com a Reforma Administrativa 3, esta secretaria ganhará muita força”, afirmou Luiz Henrique, que também anunciou o embaixador Márcio Dias como secretário de Relações Internacionais e o atual governador Eduardo Pinho Moreira na presidência das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Com a indicação, Pinho Moreira volta a ocupar a função desempenhada em 1997.

Os quadros do governo serão preenchidos, segundo Luiz Hen-

rique, de acordo com a indicação de nomes dos partidos que formam a coligação Todos por Toda Santa Catarina (PMDB/PFL/PSDB/PPS/PTdoB/PHN/PDT/PSB), vitoriosa no segundo turno das eleições. “A coligação está muito afinada, formando um corpo uno e integrado”, avisou o governador reeleito, explicando que os nomes indicados serão apreciados por um Conselho Político formado por líderes de cada um dos partidos envolvidos na aliança, por ele e pelo vice-governador eleito e atual senador, Leonel Pavan (PSDB), por seu suplente Neuto de Conto e pelo senador eleito Raimundo Colombo (PFL). Os cargos serão preenchidos de acordo com o desempenho partidário nas urnas. “Vamos seguir essa proporção, com um ou outro ajuste. Haverá novos passageiros, haverá passageiros desembarcando”, explicou, comparando os cargos principais das secretarias a um ônibus com 45 lugares.

Reforma

No dia 24 de novembro, a coligação irá apresentar os membros do gabinete de transição. No momento, o único partido a indicar seu representante foi o PFL, que

apontou o deputado estadual Antônio Ceron para a função. No dia 2 de fevereiro, Luiz Henrique irá apresentar aos deputados recém-empossados o projeto da Reforma Administrativa 3, que já está sendo discutido com a base aliada. De acordo com o governador reeleito, os principais pontos dessa reforma serão o fortalecimento da descentralização, com maior poder resolutivo às Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e a incorporação, pela Celesc, do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc) e da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás).

“Cada uma das Secretarias Regionais terá representantes das principais estatais catarinenses, ganhando, desta forma, mais autonomia. Avaliamos o desempenho das SDRs por todo o Estado e percebemos que havia um certo desequilíbrio entre as regiões. Por isso criaremos três níveis de secretarias regionais. As SDRs de nível 1 serão maiores e atenderão regiões como Chapecó, Blumenau, Criciúma e outros grandes municípios”. Luiz Henrique salientou que isso não significa a criação de mais cargos, afirmando que será feito um remanejamento das vagas existentes.



Entrevista reuniu representantes de todas as legendas que integram a coligação pela qual LHS foi reeleito



Fotos: Solon Soares

Luiz Henrique: “A decisão do governador não é imperial”

Governador reeleito cauteloso com Planalto

Sobre a relação do Executivo com o Legislativo, Luiz Henrique disse que pretende manter a atual situação. “Cada um com total independência do outro, como deve ser. Devemos caminhar juntos, pois vivemos numa democracia e a decisão do governador não é imperial, devendo ser submetida à apreciação das forças”.

Com o apoio de 27 dos 40 deputados eleitos, a oposição parece não preocupar muito o governador reeleito. “O território já está demarcado e há um rio que o divide. Não acredito que possa haver qualquer mudança aqui em Santa Catarina”, garantiu, descartando a hipótese de, se o PMDB apoiar o segundo mandato do presidente Lula, o PT retribuir apoiando o seu governo.

Enquanto algumas lideranças do seu partido já negociam cargos no Governo Federal, Luiz Henrique adota um discurso cauteloso. “Haverá uma reunião com os governadores eleitos do PMDB aqui em Florianópolis, nos dias 17 a 19 de novembro. Dela participarão também os atuais governadores Eduardo Pinho Moreira e Germano Rigotto (RS), o presidente nacional do partido,

Michel Temer (SP), Joaquim Roriz e Jarbas Vasconcelos. Vamos apresentar nossa posição ao partido e esperamos que a decisão seja tomada como um todo. Ou então não existe a necessidade de ser partido”. Se a posição do PMDB for de apoio ao Governo Federal, o governador reeleito prometeu se empenhar para uma convivência harmônica com Luiz Inácio Lula da Silva, de quem não esconde o descontentamento com o primeiro mandato.

Luiz Henrique condiciona a retomada do diálogo - ele e Lula não se falam há dois anos - com o Planalto ao depósito do Fundo Social da Petrobras para Santa Catarina. “Um interlocutor do Governo Federal me procurou e eu disse para depositarem o Fundo. Então podemos conversar. Por que o Mato Grosso do Sul - governado pelo PT - recebe o benefício e ele é negado para Santa Catarina? O Planalto precisa fazer um gesto para Santa Catarina imediatamente”, avisou, destacando que não discriminou nenhuma prefeitura do PT em seu mandato. “É esse tratamento de igualdade que adotei em Santa Catarina que espero de Brasília”.

Refúgio dos animais silvestres

Instituição inaugurada em julho, em Florianópolis, recebe e trata animais de todo o Estado apreendidos pela polícia ambiental

Sandra Annuseck

Um hospital para animais. Na maioria dos casos, eles chegam bastante debilitados, desnutridos, assustados e levam semanas para entrar em forma. São sagüis, quatis, aves de diversas variedades, gatos do mato, corujas, cobras, tartarugas, entre outras espécies, que chegam de todas as partes do Estado encontrando no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) a assistência de que precisam. Inaugurado em julho, o Centro fica nas dependências da Polícia de Proteção Ambiental, no Rio Vermelho, em Florianópolis.

De julho a setembro, 680 animais passaram pelo Cetas, que surgiu graças a uma parceria entre a Polícia Ambiental e Ibama, que faz uma avaliação técnica das espécies e coloca à disposição do Centro profissionais como veterinários e biólogos. Dependendo do estado que chegam, os animais iniciam o tratamento numa espécie de enfermaria, onde recebem os primeiros-socorros, e depois seguem para uma sala de observação.

Lá, encontram nas mãos da bióloga Edinéia Caldas Correia, uma das profissionais cedidas pelo



A bióloga Edinéia, do Ibama, com o tucano apreendido recentemente

Ibama, a assistência necessária para se reabilitarem. Depois de recuperados, eles são deslocados para os viveiros, tanques e gaiolas que ficam ao ar livre.

Nem todos, no entanto, têm a mesma sorte. É o caso de um sagüi, que não terá o mais o direito de ver a luz do dia. O animal vivia confinado num barraco localizado no Morro da Costeira, em companhia de traficantes e teve seus olhos furados porque começou a gritar durante uma batida policial. Hoje, o sagüi vive numa pequena gaiola, mas graças ao faro apurado e aos ouvidos afinados é bastante esperto. "Ele sente o cheiro da comida e se alimenta bem", constata a bióloga.

Falta de informação gera abandono

O caso dos sagüis, que não são nativos de Santa Catarina, é o que se pode chamar de uma situação que se alastra por falta de informação. Segundo o soldado Corsini, os sagüis, em sua maioria, chegam ao Estado através de caminhoneiros, que os trazem do nordeste. "O problema é que as crianças não sabem como alimentá-los, sem contar que estes animais são transmissores de doença. E acabam, por isso, sendo abandonados", explica o soldado.

Em companhia de um pequeno sagüi na sala de observação, estão diversos pássaros. Entre eles, uma tiriba verde, que tem apenas uma pata, vítima também dos maus-tratos. Há também um araçari poca, que era mantido em cativeiro sem licença do Ibama. "O proprietário tinha a posse irregular e resolveu voluntariamente entregar o pássaro. É um animal de cativeiro, portanto não tem chance de sobreviver se for devolvido à natureza", observa Edinéia.



Cores que encham os olhos

A beleza dos animais, que depois de recuperados vivem em condições adaptadas como se estivessem soltos na natureza, enche os olhos dos que por lá passam. Mas, para garantir o bem-estar das espécies, já que se trata de um hospital e não de um jardim zoológico, o Cetas não é aberto à visitação. "A visita pode estressar os animais", afirma o soldado Corsini. Ele costuma entrar no viveiro onde vivem dois papagaios e alguns caturritas. Logo que chega no espaço, uma das aves pousa sem maiores rodeios em seu ombro, onde é alimentada.

Entre 2000 e 2004, o Cetas era denominado Centro de Recuperação e Triagem de Animais Silvestres. Mas a proposta atual é inovadora já que não privilegia o tratamento para posterior soltura em ambiente

natural, mas também em espaços adaptados no próprio centro. "É muito complicado devolver os que vivem em cativeiro à natureza", observa a bióloga Edinéia. O Cetas é único centro habilitado a receber animais silvestres em Santa Catarina.

As aves vivem em amplos viveiros agrupadas por espécie. No início, as que estavam acostumadas a viver confinadas sentem dificuldades. "Elas criam uma espécie de gordura na asa, que as impede de voar alto", observa o soldado. Com isso, elas têm dificuldades de buscar alimentos no alto das árvores. Como maneira de estimular vôos em maior altura as frutas são gradativamente fincadas nos galhos mais altos, fazendo com que a ave recupere pouco a pouco a mobilidade.

Quati doméstico

Um dos moradores do Cetas é um quati, apreendido em Blumenau. Ele vive confortavelmente em um viveiro, onde recebe alimentação à base de frutas. "Ele é manso porque era criado como animal doméstico. Estava mal alimentado, com vermes e sarna, mas está se recuperando agora", conta Edinéia, satisfeita com a recuperação do animal. Depois que estiver totalmente reabilitado, o quati já tem destino certo: vai virar atração no zoológico



Corisini, com duas caturritas: "As pessoas precisam de mais informação"